

intermediar aquela situação, para que tudo fosse resolvido e não houvesse mal entendidos. Disse a seguir, que em breve seria inaugurado o pólo da APAE no Segundo Distrito, por isso haveria uma reunião na escola Marli Cap, no dia 21 de abril, às nove horas, onde seria proferida palestra pela Presidente da APAE sobre o funcionamento da instituição. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à Apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Décima Nonª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 19 (dezenove) de abril do ano de 2012 (dois mil e doze).

Às deztois horas do dia 19 (dezenove) de abril do ano de 2012 (dois mil e doze) sob a Presidência do Vereador Silas Rodrigues Bento e com a ocupação da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Vereador Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: José da Silva Fernandes Filho, Rui Machado de Faria, Silvan Escapini e Taylor da Costa Jasmim Júnior. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Décima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente, que constou do seguinte:

TRIBUNA LIVRE - RESOLUÇÃO Nº 442, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1995 - OF.

Nº 34/2012 - SEPE LAGOS - Representante: Coordenadora Geral Denise Soares Teixeira; PROJETO DE LEI Nº 037/2012 - VEREADOR TAYLOR DA COSTA JASMIM JÚNIOR, ASSUNTO: Cria o Programa Estudantil "Pefeito por um Dia", no Município de Cabo Frio; PROJETO DE LEI Nº 038/2012 - VEREADOR ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES, ASSUNTO: Denomina Octacilio da Costa Bandeira, o PSF do Bairro Jardim Caiçara; PROJETO DE LEI Nº 039/2012 - VEREADOR TAYLOR DA COSTA JASMIM JÚNIOR, ASSUNTO: Considera de Utilidade Pública Municipal a ASAARL - Associação de Amigos Atuantes da Região dos Lagos; REQUERIMENTO Nº 033/2012 - VEREADOR ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES, ASSUNTO: Requer outorga de Moção de Aplausos ao Sr. Wálterci Silveira e à Pastoral da Comunicação da Paróquia Nossa Senhora da Assunção; REQUERIMENTO Nº 034/2012 - VEREADOR ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES, ASSUNTO: Requer envio de expediente à AMPLA - Concessionária de Energia Elétrica, solicitando o remanejamento e substituição de postes em vias públicas do Bairro Tangará; REQUERIMENTO Nº 035/2012 - VEREADOR ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES, ASSUNTO: Requer envio de expediente à Empresa de Correios e Telégrafos - Agência Cabo Frio, solicitando esclarecimentos sobre a paralisação dos serviços no Bairro Tangará; REQUERIMENTO Nº 037/2012 - VEREADOR TAYLOR DA COSTA JASMIM JÚNIOR, ASSUNTO: Requer envio de expediente à Sra. Secretária Municipal de Educação, solicitando o seu comparecimento a esta Casa para esclarecer denúncias feitas sobre a sua gestão; INDICAÇÃO Nº 085/2012 - VEREADOR SILVAN MATIELI ESCAPINI, ASSUNTO: Solicita ao Exmº Sr. Prefeito Municipal a instalação de redutores de velocidade e placas indicativas de travessia de alunos e pedestres em frente à Escola Municipal Professora Lucélia Rodrigues da Costa na Rua da Assembleia, em Aquárius, 2º Distrito. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna Livre a Sra. Denise Soares Teixeira, que inicialmente saudou a todos. Após, agradeceu a oportunidade de fazer uso da Tribuna Livre para tecer esclarecimentos sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários unificado dos profissionais de educação. Observou que desde o ano de 2008, havia movimento tentando, através de discussão com o Executivo Municipal, modificar o Plano de Cargos, Carreira e Salários do magistério, para que fosse unificado para todos os profissionais de educação. Disse que o plano fora criado em 1997, com o objetivo de atender a legislação federal, que exigia que houvesse o plano específico para o magistério. Disse ainda, que uma minuta fora criada e aprovada em assembleia e a mesma registrava o anseio da categoria dos profissionais da educação. Disse que em 28 de abril do ano passado, o SEPE corria todos os gabinetes de Vereadores entregando a minuta, para que os Vereadores tomassem ciência dos anseios da categoria. Disse ainda que no dia 22 de novembro de 2011, ela ocupara aquela tribuna por ocasião da eleição de diretores e entregara Abaixo Assinado demonstrando o anseio da categoria em cima do Plano de Cargos, carreias e salários, e que no dia 2 próximo passado, fora mais uma vez entregue

aos Vereadores, os documentos de Planos de Cargos, carreiras e salários, bem como ao Poder Executivo, na pessoa do Secretário de Administração, Senhor Deodoro Azevedo e à Senhora Laura Barreto, Secretária de Educação. Disse que causara surpresa quando o Poder Público convidara o Sindicato para apresentar um Plano de carreira da administração e no Artigo 1º do parágrafo único, mencionava o plano de forma suplementar ao do sindicato e era pautado em avaliação de desempenho; em decorrência de que havia uma política ideológica por trás e o avaliador seria o diretor da escola, com isso, o profissional perderia direitos já adquiridos. Disse ainda, que o sindicato era contrário àquele plano e que não desejava fazer parte de nenhuma comissão. Disse ainda, que o profissional da educação já passara por uma avaliação quando procedera o concurso público. Reiterou, que a unificação era importante em virtude de que dentro da escola todos tinham o poder de educar. Disse que, com relação ao interstício, o mesmo fora criado com 12%, mas quando fora colocado em prática, somente foram pagos 3%. Disse, que após diversas manifestações foram conseguidos 6%, e depois, 8%, mas todos queriam 12%. Sublinhou a seguir, que o Estado pagava os 12% e que os profissionais da educação pediam somente um pouco de valorização e dignidade. Adiante, disse que deixava como denúncia que no mês passado a educação tivera um reajuste aprovado pela Câmara de 6,22%, quando o salário mínimo aumentara 12% e os profissionais não recebiam o mínimo, completando seus salários com triênio. Disse que o governo diria que tudo aquilo era legal; mas considerava imoral. Disse, que toda a classe trabalhadora gostaria de ter seus direitos respeitados. Prosseguindo observou, que muitos lutaram em prol do Plano de Cargos e salários e aquele pleito era muito caro aos profissionais da educação. Afirmou; que o plano, inclusive, era cópia fiel do de Macaé e nem mesmo observara a realidade local, e ainda, que o Plano da forma como estava, não viria para beneficiar, e sim, para arrasar com a classe trabalhadora, no que encerrou sua fala. A seguir, o senhor Presidente franqueou a Tribuna aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito, o Vereador Taylor Jasmim Júnior, que inicialmente procedeu às saudações de praxe. A seguir, disse que no país de tanta vergonha, o salário dos profissionais de educação era mais uma vergonha. Falou da importância de que fosse discutido abertamente o Plano de Cargos e Salários para todo o funcionalismo e que houvesse a participação de todos os interessados, bem como do Prefeito. Em aparte, o Vereador Silas Rodrigues Bento disse que não haveria a aprovação de plano de Cargos e Salários sem a prévia discussão dos diversos segmentos envolvidos e todos seriam ouvidos na Casa. Retomando a palavra, o Vereador Taylor, disse que assim ficava mais tranquilo, já que haveria Audiências Públicas para as devidas discussões e ainda, que o controlador do município, Prefeito Marcos Mendes deveria estar presente, visto que também teria de ser ouvido. Continuando, agradeceu aos Nobres Pares que votaram a favor de sua proposição com relação ao Fórum dos Direitos Humanos e a todos os que participaram daquele evento democrático. Disse que, inclusive, fora levantado no

Fórum a questão de segurança pública e colocado que houvera mobilização popular na cidade de Niterói pleiteando segurança pública. Disse que os movimentos populares eram imprescindíveis para as mudanças e buscavam o que era um direito do Estado e um direito do cidadão. Disse a seguir, que na comunidade de Maria Joaquina os cidadãos não tinham direito ao voto, em virtude de que os mesmos não conseguiam fazer seu título de eleitor ou transferir os mesmos, porque não tinham comprovante de residência. Observou que tais pessoas eram muito pobres, não possuíam cartão de crédito e as contas de luz estavam registradas nos nomes dos proprietários das residências. Em aparte, o Vereador Silvan Escapini disse que, fora procurado por um cidadão que também não conseguira fazer seu título de eleitor e ao apresentar o comprovante de residência, fora-lhe exigido três contas para comprovação, o que era um verdadeiro absurdo. Retomando ao seu discurso, o orador disse que o TRE deveria encontrar uma maneira de resolver aquele problema e que a Legislação rezava que o cidadão deveria apresentar uma comprovação de residência e que os mesmos estavam agindo arbitrariamente. Ao final, lamentou a precariedade das ambulâncias do município enfatizando que fora procurado por uma senhora, que ao necessitar de uma ambulância, fora-lhe dito que tomasse um ônibus, visto que não havia ambulância disponível, o que era um verdadeiro absurdo. Disse também, que ocorriam verdadeiros despautérios na saúde de Cabo Frio, como diagnósticos errados e até mesmo pedido para que o paciente levasse lençol ao ser internado na UPA, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Alfredo Gonçalves, que inicialmente procedeu às saudações de praxe. A seguir, disse que não havia outra maneira a não ser através do diálogo para que houvesse mudanças significativas para a população. Continuando, justificou sua ausência no Fórum de Direitos Humanos no dia anterior na Casa Legislativa e na Sessão da terça-feira. Disse que tinha compromissos pre-agendado no dia do Fórum, e que na terça-feira, estivera junto aos alunos e professores do Colégio Ismar Gomes, pleiteando a volta do diretor, Marcão para aquela escola. Disse que providências foram tomadas no sentido de sanar aquela grande injustiça. Prosseguindo, disse que era um prazer ver o Plano de cargos e salários ser elaborado, uma vez que desde criança ouvia falar sobre o tema. Reiterou, que se o Plano podia ser melhorado, ali estava o começo de uma grande discussão e que ele estaria a postos para auxiliar no que fosse necessário. Disse que, o Plano de Cargos, Carreira e Salários, não era cópia fiel do plano de Macaé, como fora dito pela Sra. Denise Teixeira e as particularidades de Cabo Frio estariam implícitas no documento, e ainda, que pertencia a uma família de educadores e sua própria mãe era uma professora aposentada. Enfatizou, que não queria ser somente um político a tecer discursos sobre a educação, mas alguém que conseguisse concretizar aquele sonho do funcionalismo. Observou, que haveria uma grande reforma administrativa na Prefeitura de Cabo Frio e quando fora chefe de gabinete, sugerira uma nova realidade salarial para os profissionais da educação, com um vencimento básico de setecentos reais. Disse ainda, que

muitos diriam que aquele pleito deveria ser discutido somente no próximo ano, mas que ele considerava imprescindível que fosse aprovado com urgência. Disse que a Casa Legislativa estava aberta para discussão e estava certo de que também o Executivo Municipal estaria. Em seguida, disse que com relação à construção da Delegacia Legal a mesma já se encontrava funcionando provisoriamente em outro local; enquanto a sede estaria sendo construída. Dissé, que com relação às ambulâncias, era mesmo uma vergonha o estado em que se encontravam e até mesmo o Prefeito já estava ciente da situação, tendo inclusive ordenado que fossem tomadas providências com relação ao fato e ainda não fora atendido. Ressaltou, que o contrato com os responsáveis pelas ambulâncias deveria ser reincluído. Observou, a seguir, que com relação à escola Ciléia Barreto, estivera no local e ao perceber que as obras estavam paralisadas, contactou o Prefeito, que imediatamente acionou o responsável, e as obras seriam retomadas. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir, o senhor Presidente solicitou que o Vereador José da Silva Fernandes Filho tomasse assento na cadeira da Presidência, para que ele pudesse fazer uso da Tribuna. À Tribuna, o Vereador Silas Rodrigues Bento, inicialmente saudou a todos. A seguir, disse que Lei Orgânica do Municipal no artigo 86, inciso 2º, dispunha sobre o plano de cargos e salários. Disse que considerava que o Plano de Cargos e Salários movimentava todas as classes sociais e todos os profissionais da Prefeitura e via a vontade do Poder Executivo de concretizar aquele pleito. Observou que não via problema algum, em virtude de que todos estavam empenhados em fazer tudo da melhor forma possível e entendia que o plano deveria mesmo ser unificado. Disse, que como Presidente da Câmara Municipal considerava imprescindível que o plano não fosse votado ao apagar das luzes e fosse realizado com todo o respeito. Enfatizou que ninguém estava brincando naquele momento tão importante. Disse ainda, que estava elaborando sua saída do Legislativo, mas o faria com muita responsabilidade e tentava ser o homem mais honrado possível com a comunidade. Prosseguindo, disse que recebera uma reclamação do Hospital da Mulher e no dia anterior fora ao local, já que o Vereador tinha livre trânsito dentro das repartições públicas, e quando lá chegara, uma médica, Dra. Vera Márcia C. de Souza, completamente desequilibrada, fora crueldade dizer que aquele não era o lugar de Vereador. frisou, que o Vereador era o representante do povo, assim tinha o dever de fiscalizar a qualquer hora as denúncias populares e que se uma pessoa não estava preparada para trabalhar, deveria pedir licença; em virtude de que o local onde as pessoas necessitavam de atenção e equilíbrio não era adequado para aquela postura, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, e nem "quorum", para a deliberação das matérias, no segmento dedicado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada, para que produza seus efeitos legais.





